**DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:**

Na conformidade do § 1º do artigo 144 do Regimento Interno, apresentamos a nova redação do Projeto de Lei nº 09/2015, com a Emenda aprovada na Sessão Extraordinária realizada em 22 de julho de 2015.

**PROJETO DE LEI Nº 09/2015.**

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 3º E 5º, DA LEI 2.924, DE 10 DE AGOSTO DE 2010.

Art. 1º - Os artigos 3º e 5º da Lei nº 2.924, de 10 de agosto de 2010, que dispõe sobre o auxílio alimentação, consolida a legislação municipal nessa matéria e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O “Auxílio Alimentação” fica fixado em R$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais) por mês.”

(...)

“Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com todos os estabelecimentos comerciais do Município, no ramo de gêneros alimentícios, bem como com a Associação Comercial e Empresarial de Barra Bonita e Igaraçu do Tietê, para atendimento da presente Lei.”

**Art. 2º -** A diferença de valores em relação ao reajuste concedido no que toca ao “Auxílio Alimentação”, compreendida entre a data da efetiva produção de efeitos desta Lei (1º de abril de 2015) e a data de sua publicação, será disponibilizada aos servidores públicos municipais, que a ela façam jus, até o dia 20 de dezembro de 2015.

**Art. 3º -** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações consignadas no orçamento/programa vigente, suplementadas, se necessário.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, iniciando seus efeitos em 1º de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.103, de 07 de abril de 2014.

Sala das Sessões, 22 de julho de 2015.

RILTON MUCARE ROGÉRIO LODI

EDSON SOUZA DE JESUS